



Novo CPC

O que mudou?

aula 28

PROVA TESTEMUNHAL

PROVA TESTEMUNHAL

ADMISSIBILIDADE E VALOR

CPC-1973:

Art. 401. *A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados.*

CPC-1973:

Art. 401. *A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados.*

CPC-2015:

Art. 447. *Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.*

(...)

CPC-2015:

Art. 447. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.

§ 1º São incapazes:

(...)

§ 2º São impedidos:

I - o cônjuge, o **companheiro**, o ascendente e o descendente em qualquer grau e o colateral, até o terceiro grau, de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade, salvo se o exigir o interesse público ou, tratando-se de causa relativa ao estado da pessoa, não se puder obter de outro modo a prova que o juiz repute necessária ao julgamento do mérito;

(...)

CPC-2015:

Art. 447. *Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.*

(...)

§ 3º *São suspeitos:*

I - o inimigo da parte ou o seu amigo íntimo;

II - o que tiver interesse no litígio.

(...)

CPC-1973:

Art. 405. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.

(...)

§ 3º São suspeitos:

I - o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença;

II - o que, por seus costumes, não for digno de fé;

III - o inimigo *capital* da parte, ou o seu amigo íntimo;

IV - o que tiver interesse no litígio.

CPC-1973:

Art. 405. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.

(...)

§ 3º São suspeitos:

I - o condenado por crime de falso testemunho, havendo transitado em julgado a sentença;

II - o que, por seus costumes, não for digno de fé;

III - o inimigo ~~capital~~ da parte, ou o seu amigo íntimo;

IV - o que tiver interesse no litígio.

CPC-2015:

Art. 447. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.

(...)

§ 3º São suspeitos:

I - o inimigo da parte ou o seu amigo íntimo;

II - o que tiver interesse no litígio.

(...)

CPC-2015:

Art. 447. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.

(...)

§ 4º Sendo necessário, pode o juiz admitir o depoimento das testemunhas **menores**, impedidas ou suspeitas.

§ 5º Os depoimentos referidos no § 4º serão prestados independentemente de compromisso, e o juiz lhes atribuirá o valor que possam merecer.

CPC-2015:

Art. 448. *A testemunha não é obrigada a depor sobre fatos:*

*I - que lhe acarretem grave dano, bem como ao seu cônjuge **ou companheiro** e aos seus parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o **terceiro** grau;*

II - a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo.

PROVA TESTEMUNHAL

PRODUÇÃO

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE INSTRUTÓRIA

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

§ 4º *Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.*

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

§ 6º *O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.*

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

§ 6º *O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.*

§ 7º ***O juiz poderá limitar o número de testemunhas levando em conta a complexidade da causa e dos fatos individualmente considerados***

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 3º *Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.*

(...)

§ 5º ***Na hipótese do § 3º, as partes devem levar, para a audiência prevista, o respectivo rol de testemunhas.***

(...)

***PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS***

***SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL***

***PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS***

***SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL***

***SANEAMENTO A SER REALIZADO DE
FORMA COOPERATIVA, EM
AUDIÊNCIA***

***PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS***

***SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL***

***SANEAMENTO A SER REALIZADO DE
FORMA COOPERATIVA, EM
AUDIÊNCIA***

***PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS***

**SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL**

**SANEAMENTO A SER REALIZADO DE
FORMA COOPERATIVA, EM
AUDIÊNCIA**

**PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS**

**NO PRAZO QUE O JUIZ ASSINAR, NÃO
SUPERIOR A 15 DIAS, COMUM ÀS
PARTES (ART. 357, § 4º)**

**SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL**

**SANEAMENTO A SER REALIZADO DE
FORMA COOPERATIVA, EM
AUDIÊNCIA**

**PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS**

**NO PRAZO QUE O JUIZ ASSINAR, NÃO
SUPERIOR A 15 DIAS, COMUM ÀS
PARTES (ART. 357, § 4º)**

**SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL**

**SANEAMENTO A SER REALIZADO DE
FORMA COOPERATIVA, EM
AUDIÊNCIA**

**PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS**

**NO PRAZO QUE O JUIZ ASSINAR, NÃO
SUPERIOR A 15 DIAS, COMUM ÀS
PARTES (ART. 357, § 4º)**

**NA AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA
QUE O SANEAMENTO SEJA FEITO EM
COOPERAÇÃO (ART. 357, §§ 3º E 5º)**

CPC-2015:

Art. 450. *O rol de testemunhas conterá, sempre que possível, o nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho.*

CPC-2015:

Art. 453. *As testemunhas depõem, na audiência de instrução e julgamento, perante o juiz da causa, exceto:*

I - as que prestam depoimento antecipadamente;

II - as que são inquiridas por carta.

§ 1º *A oitiva de testemunha que residir em comarca, seção ou subseção judiciária diversa daquela onde tramita o processo poderá ser realizada por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão e recepção de sons e imagens em tempo real, o que poderá ocorrer, inclusive, durante a audiência de instrução e julgamento.*

§ 2º *Os juízos deverão manter equipamento para a transmissão e recepção de sons e imagens a que se refere o § 1º.*

CPC-2015:

Art. 454. *São inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função:*

I - o presidente e o vice-presidente da República;

II - os ministros de Estado;

*III - os ministros do Supremo Tribunal Federal, **os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça** e os ministros do Superior Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Contas da União;*

(...)

CPC-2015:

Art. 454. *São inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função:*

(...)

*IV - o procurador-geral da República e os **conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público;***

*V - **o advogado-geral da União, o procurador-geral do Estado, o procurador-geral do Município, o defensor público-geral federal e o defensor público-geral do Estado;***

VI - os senadores e os deputados federais;

VII - os governadores dos Estados e do Distrito Federal;

(...)

CPC-2015:

Art. 454. *São inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função:*

(...)

VIII - o prefeito;

*IX - os deputados estaduais e **distritais**;*

*X - os desembargadores dos Tribunais de Justiça, dos **Tribunais Regionais Federais**, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais Regionais Eleitorais e os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal;*

*XI - o **procurador-geral de justiça**;*

XII - o embaixador de país que, por lei ou tratado, concede idêntica prerrogativa a agente diplomático do Brasil.

(...)

CPC-2015:

Art. 454. *São inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função:*

(...)

§ 1º *O juiz solicitará à autoridade que indique dia, hora e local a fim de ser inquirida, remetendo-lhe cópia da petição inicial ou da defesa oferecida pela parte que a arrolou como testemunha.*

§ 2º *Passado 1 (um) mês sem manifestação da autoridade, o juiz designará dia, hora e local para o depoimento, preferencialmente na sede do juízo.*

§ 3º *O juiz também designará dia, hora e local para o depoimento, quando a autoridade não comparecer, injustificadamente, à sessão agendada para a colheita de seu testemunho no dia, hora e local por ela mesma indicados.*

CPC-2015:

Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

(...)

CPC-2015:

Art. 455. *Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.*

(...)

**SISTEMA DA
IMEDIAÇÃO**

CPC-2015:

Art. 455. *Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.*

§ 1º *A intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento.*

(...)

CPC-2015:

Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

§ 1º A intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento.

§ 2º A parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1º, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição.

§ 3º **A inércia na realização da intimação a que se refere o § 1º importa desistência da inquirição da testemunha.**

(...)

CPC-2015:

Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

(...)

§ 4º A intimação será feita pela via judicial quando:

I - for frustrada a intimação prevista no § 1º deste artigo;

II - sua necessidade for devidamente demonstrada pela parte ao juiz;

III - figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;

IV - a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;

V - a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454.

CPC-2015:

Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

(...)

§ 4º A intimação será feita pela via judicial quando:

I - for frustrada a intimação prevista no § 1º deste artigo;

II - sua necessidade for devidamente demonstrada pela parte ao juiz;

III - figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;

IV - a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;

V - a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454.

CPC-2015:

Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

(...)

§ 4º A intimação será feita pela via judicial quando:

I - for frustrada a intimação prevista no § 1º deste artigo;

II - sua necessidade for devidamente demonstrada pela parte ao juiz;

III - figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;

IV - a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;

V - a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454.

CPC-2015:

Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

(...)

§ 4º A intimação será feita pela via judicial quando:

I - for frustrada a intimação prevista no § 1º deste artigo;

II - sua necessidade for devidamente demonstrada pela parte ao juiz;

*III - **figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;***

IV - a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;

V - a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454.

CPC-2015:

Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

(...)

§ 4º A intimação será feita pela via judicial quando:

I - for frustrada a intimação prevista no § 1º deste artigo;

II - sua necessidade for devidamente demonstrada pela parte ao juiz;

III - figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;

IV - a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;

V - a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454.

CPC-2015:

Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

(...)

§ 4º A intimação será feita pela via judicial quando:

I - for frustrada a intimação prevista no § 1º deste artigo;

II - sua necessidade for devidamente demonstrada pela parte ao juiz;

III - figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir;

IV - a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública;

V - a testemunha for uma daquelas previstas no art. 454.

CPC-2015:

Art. 455. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

(...)

§ 1º A intimação deverá ser realizada por carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento.

(...)

§ 4º A intimação será feita pela via judicial quando:

(...)

§ 5º A testemunha que, intimada na forma do § 1º ou do § 4º, deixar de comparecer sem motivo justificado será conduzida e responderá pelas despesas do adiamento.

CPC-2015:

Art. 456. *O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, e providenciará para que uma não ouça o depoimento das outras.*

Parágrafo único. *O juiz poderá alterar a ordem estabelecida no caput se as partes concordarem.*

CPC-2015:

Art. 456. *O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, e providenciará para que uma não ouça o depoimento das outras.*

Parágrafo único. *O juiz poderá alterar a ordem estabelecida no caput se as partes concordarem.*

**NEGÍCIO PROCESSUAL
PROBATÓRIO TÍPICO**

CPC-2015:

Art. 459. As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida.

§ 1º O juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.

(...)

CPC-2015:

Art. 459. As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida.

§ 1º O juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.

(...)

**SISTEMA DA
IMEDIAÇÃO**

CPC-2015:

Art. 460. *O depoimento poderá ser documentado por meio de gravação.*

§ 1º *Quando digitado ou registrado por taquigrafia, estenotipia ou outro método idôneo de documentação, o depoimento será assinado pelo juiz, pelo depoente e pelos procuradores.*

§ 2º *Se houver recurso em processo em autos não eletrônicos, o depoimento somente será digitado quando for impossível o envio de sua documentação eletrônica.*

§ 3º *Tratando-se de autos eletrônicos, observar-se-á o disposto neste Código e na legislação específica sobre a prática eletrônica de atos processuais.*

PROVA PERICIAL

CPC-2015:

Art. 156. *O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.*

§ 1º *Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.*

(...)

CPC-2015:

Art. 156. *O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.*

§ 1º *Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.*

(...)

CPC-1973:
**“PROFISSIONAIS DE NÍVEL
UNIVERSITÁRIO”**

CPC-2015:

Art. 156. *O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.*

(...)

§ 2º *Para formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consulta direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para a indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados.*

(...)

CPC-2015:

Art. 156. O juiz será assistido por profissional de conhecimento técnico ou científico.

(...)

§ 2º *Para formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consulta direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para a indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados.*

(...)

**REGRA DE CONCRETIZAÇÃO
DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA
(CF, ART. 37, "CAPUT")**

CPC-2015:

Art. 156. *O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.*

(...)

§ 3º *Os tribunais realizarão avaliações e reavaliações periódicas para manutenção do cadastro, considerando a formação profissional, a atualização do conhecimento e a experiência dos peritos interessados.*

(...)

CPC-2015:

Art. 156. *O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.*

(...)

§ 4º *Para verificação de eventual impedimento ou motivo de suspeição, nos termos dos arts. 148 e 467, o órgão técnico ou científico nomeado para realização da perícia informará ao juiz os nomes e os dados de qualificação dos profissionais que participarão da atividade.*

(...)

CPC-2015:

Art. 156. *O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.*

(...)

§ 5º *Na localidade onde não houver inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz e deverá recair sobre profissional ou órgão técnico ou científico comprovadamente detentor do conhecimento necessário à realização da perícia.*

CPC-2015:

Art. 157. *O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.*

§ 1º *A escusa será apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito a alegá-la.*

(...)

CPC-2015:

Art. 157. *O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.*
(...)

§ 2º *Será organizada lista de peritos na vara ou na secretaria, com disponibilização dos documentos exigidos para habilitação à consulta de interessados, para que a nomeação seja distribuída de modo equitativo, observadas a capacidade técnica e a área de conhecimento.*

CPC-2015:

Art. 158. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de **2 (dois) a 5 (cinco) anos**, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz **comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis**.

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

§ 8º *Caso tenha sido determinada a produção de prova pericial, o juiz deve observar o disposto no art. 465 e, se possível, estabelecer, desde logo, calendário para sua realização.*

(...)

CPC-2015:

Art. 464. *A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.*

(...)

§ 2º *De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.*

(...)

CPC-2015:

Art. 464. *A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.*

(...)

§ 3º *A prova técnica simplificada consistirá apenas na inquirição de especialista, pelo juiz, sobre ponto controvertido da causa que demande especial conhecimento científico ou técnico.*

(...)

CPC-2015:

Art. 464. *A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.*

(...)

§ 4º *Durante a arguição, o especialista, que deverá ter formação acadêmica específica na área objeto de seu depoimento, poderá valer-se de qualquer recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens com o fim de esclarecer os pontos controvertidos da causa.*

CPC-2015:

Art. 465. O juiz nomeará perito **especializado no objeto da perícia** e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.

(...)

CPC-2015:

Art. 465. *O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.*

§ 1º *Incumbe às partes, dentro de **15 (quinze) dias** contados da intimação do despacho de nomeação do perito:*

*I - **arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso;***

II - indicar assistente técnico;

III - apresentar quesitos.

(...)

CPC-2015:

Art. 148. *Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição:*

I - ao membro do Ministério Público;

*II - aos **auxiliares da justiça**;*

*III - **aos demais sujeitos imparciais do processo**.*

§ 1º *A parte interessada deverá arguir o impedimento ou a suspeição, em petição fundamentada e devidamente instruída, **na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos**.*

§ 2º *O juiz mandará processar o incidente em separado e sem suspensão do processo, ouvindo o arguido no prazo de 15 (quinze) dias e facultando a produção de prova, quando necessária.*

§ 3º *Nos tribunais, a arguição a que se refere o § 1º será disciplinada pelo regimento interno.*

§ 4º *O disposto nos §§ 1º e 2º não se aplica à arguição de impedimento ou de suspeição de testemunha.*

CPC-2015:

Art. 465. *O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.*

(...)

§ 2º *Ciente da nomeação, o perito apresentará em 5 (cinco) dias:*

I - proposta de honorários;

II - currículo, com comprovação de especialização;

III - contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

(...)

CPC-2015:

Art. 465. *O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.*

(...)

§ 2º *Ciente da nomeação, o perito apresentará em 5 (cinco) dias:*

I - proposta de honorários;

II - currículo, com comprovação de especialização;

III - contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

(...)

CPC-2015:

Art. 465. *O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.*

(...)

§ 2º *Ciente da nomeação, o perito apresentará em 5 (cinco) dias:*

I - proposta de honorários;

II - currículo, com comprovação de especialização;

III - contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

(...)

CPC-2015:

Art. 465. *O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.*

(...)

§ 2º *Ciente da nomeação, o perito apresentará em 5 (cinco) dias:*

I - proposta de honorários;

II - currículo, com comprovação de especialização;

III - contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais.

(...)

CPC-2015:

Art. 465. *O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.*

(...)

§ 3º *As partes serão intimadas da proposta de honorários para, querendo, manifestar-se no prazo comum de 5 (cinco) dias, após o que o juiz arbitrará o valor, intimando-se as partes para os fins do art. 95.*

(...)

CPC-2015:

Art. 465. *O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.*

(...)

§ 4º *O juiz poderá autorizar o pagamento de até cinquenta por cento dos honorários arbitrados a favor do perito no início dos trabalhos, devendo o remanescente ser pago apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários.*

(...)

CPC-2015:

Art. 465. *O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.*

(...)

§ 5º *Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o juiz poderá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.*

§ 6º *Quando tiver de realizar-se por carta, poder-se-á proceder à nomeação de perito e à indicação de assistentes técnicos no juízo ao qual se requisitar a perícia.*

CPC-2015:

Art. 466. *O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.*

§ 1º *Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição.*

§ 2º *O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.*

CPC-2015:

Art. 468. *O perito pode ser substituído quando:*

I - faltar-lhe conhecimento técnico ou científico;

II - sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado.

§ 1º *No caso previsto no inciso II, o juiz comunicará a ocorrência à corporação profissional respectiva, podendo, ainda, impor multa ao perito, fixada tendo em vista o valor da causa e o possível prejuízo decorrente do atraso no processo.*

§ 2º *O perito substituído restituirá, no prazo de 15 (quinze) dias, os valores recebidos pelo trabalho não realizado, sob pena de ficar impedido de atuar como perito judicial pelo prazo de 5 (cinco) anos.*

(...)

CPC-2015:

Art. 468. *O perito pode ser substituído quando:*

(...)

§ 2º *O perito substituído restituirá, no prazo de 15 (quinze) dias, os valores recebidos pelo trabalho não realizado, sob pena de ficar impedido de atuar como perito judicial pelo prazo de 5 (cinco) anos.*

§ 3º *Não ocorrendo a restituição voluntária de que trata o § 2º, a parte que tiver realizado o adiantamento dos honorários poderá promover execução contra o perito, na forma dos arts. 513 e seguintes deste Código, com fundamento na decisão que determinar a devolução do numerário.*

CPC-2015:

Art. 471. *As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que:*

I - sejam plenamente capazes;

II - a causa possa ser resolvida por autocomposição.

§ 1º *As partes, ao escolher o perito, já devem indicar os respectivos assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia, que se realizará em data e local previamente anunciados.*

§ 2º *O perito e os assistentes técnicos devem entregar, respectivamente, laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz.*

§ 3º *A perícia consensual substitui, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.*

CPC-2015:

Art. 471. As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que:

I - sejam plenamente capazes;

II - a causa possa ser resolvida;

§ 1º As partes, ao escolher o perito, devem indicar também os respectivos assistentes técnicos para acompanhar a perícia, a qual se realizará em data e local previamente acordados.

§ 2º O perito e os assistentes técnicos devem entregar, respectivamente, laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz.

§ 3º A perícia consensual substitui, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.

**ESCOLHA CONSENSUAL
DO PERITO**

CPC-2015:

Art. 471. As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que:

I - sejam plenamente capazes;

II - a causa possa ser resolvida;

§ 1º As partes, ao escolher o perito, devem indicar, também, respectivos assistentes técnicos para acompanhar a perícia, a qual se realizará em data e local previamente acordados.

§ 2º O perito e os assistentes técnicos devem entregar, respectivamente, laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz.

§ 3º A perícia consensual substitui, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.

**ESCOLHA CONSENSUAL
DO PERITO**

CPC-2015:

Art. 471. *As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que:*

*I - **sejam plenamente capazes;***

*II - **a causa possa ser resolvida por autocomposição.***

§ 1º *As partes, ao escolher o perito, já devem indicar os respectivos assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia, que se realizará em data e local previamente anunciados.*

§ 2º *O perito e os assistentes técnicos devem entregar, respectivamente, laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz.*

§ 3º *A perícia consensual substitui, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.*

CPC-2015:

Art. 471. *As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que:*

I - sejam plenamente capazes;

II - a causa possa ser resolvida por autocomposição.

§ 1º *As partes, ao escolher o perito, já devem indicar os respectivos assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia, que se realizará em data e local previamente anunciados.*

§ 2º *O perito e os assistentes técnicos devem entregar, respectivamente, laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz.*

§ 3º *A perícia consensual substitui, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.*

CPC-2015:

Art. 471. *As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que:*

I - sejam plenamente capazes;

II - a causa possa ser resolvida por autocomposição.

§ 1º *As partes, ao escolher o perito, já devem indicar os respectivos assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia, que se realizará em data e local previamente anunciados.*

§ 2º *O perito e os assistentes técnicos devem entregar, respectivamente, laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz.*

§ 3º *A perícia consensual substitui, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.*

CPC-2015:

Art. 471. *As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que:*

I - sejam plenamente capazes;

II - a causa possa ser resolvida por autocomposição.

§ 1º *As partes, ao escolher o perito, já devem indicar os respectivos assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia, que se realizará em data e local previamente anunciados.*

§ 2º *O perito e os assistentes técnicos devem entregar, respectivamente, laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz.*

§ 3º *A perícia consensual substitui, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.*

CPC-2015:

Art. 473. *O laudo pericial deverá conter:*

I - a exposição do objeto da perícia;

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

(...)

CPC-2015:

Art. 473. *O laudo pericial deverá conter:*

*I - a **exposição do objeto da perícia**;*

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

(...)

CPC-2015:

Art. 473. *O laudo pericial deverá conter:*

I - a exposição do objeto da perícia;

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

(...)

CPC-2015:

Art. 473. *O laudo pericial deverá conter:*

I - a exposição do objeto da perícia;

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

(...)

CPC-2015:

Art. 473. *O laudo pericial deverá conter:*

I - a exposição do objeto da perícia;

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

*IV - **resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.***

(...)

CPC-2015:

Art. 473. *O laudo pericial deverá conter:*

(...)

§ 1º *No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões.*

(...)

CPC-2015:

Art. 473. *O laudo pericial deverá conter:*

(...)

§ 2º *É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.*

§ 3º *Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.*

CPC-2015:

Art. 476. *Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz poderá conceder-lhe, por uma vez, **prorrogação pela metade do prazo originalmente fixado.***

CPC-2015:

Art. 477. *O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.*

§ 1º *As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de **15 (quinze) dias**, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.*

(...)

CPC-2015:

Art. 477. *O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.*

(...)

§ 2º *O perito do juízo tem o dever de, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer ponto:*

I - sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer das partes, do juiz ou do órgão do Ministério Público;

II - divergente apresentado no parecer do assistente técnico da parte.

(...)

CPC-2015:

Art. 477. *O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.*

(...)

§ 2º *O perito do juízo tem o dever de, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer ponto:*

I - sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer das partes, do juiz ou do órgão do Ministério Público;

II - divergente apresentado no parecer do assistente técnico da parte.

(...)

CPC-2015:

Art. 477. *O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.*

(...)

§ 2º *O perito do juízo tem o dever de, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer ponto:*

I - sobre o qual exista divergência ou dúvida de qualquer das partes, do juiz ou do órgão do Ministério Público;

*II - **divergente apresentado no parecer do assistente técnico da parte.***

(...)

CPC-2015:

Art. 477. *O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.*

(...)

§ 3º *Se ainda houver necessidade de esclarecimentos, a parte requererá ao juiz que mande intimar o perito ou o assistente técnico a comparecer à audiência de instrução e julgamento, formulando, desde logo, as perguntas, sob forma de quesitos.*

§ 4º *O perito ou o assistente técnico será intimado por meio eletrônico, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da audiência.*

CPC-2015:

Art. 477. *O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.*

(...)

§ 3º *Se ainda houver necessidade de esclarecimentos, a parte requererá ao juiz que mande intimar o perito ou o assistente técnico a comparecer à audiência de instrução e julgamento, formulando, desde logo, as perguntas, sob forma de quesitos.*

§ 4º *O perito ou o assistente técnico será intimado por meio eletrônico, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência da audiência.*

CPC-2015:

Art. 478. *Quando o exame tiver por objeto a autenticidade ou a falsidade de documento ou for de natureza médico-legal, o perito será escolhido, de preferência, entre os técnicos dos estabelecimentos oficiais especializados, a cujos diretores o juiz autorizará a remessa dos autos, bem como do material sujeito a exame.*

§ 1º *Nas hipóteses de gratuidade de justiça, os órgãos e as repartições oficiais deverão cumprir a determinação judicial com preferência, no prazo estabelecido.*

§ 2º *A prorrogação do prazo referido no § 1o pode ser requerida motivadamente.*

(...)

CPC-2015:

Art. 479. *O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.*

CPC-2015:

Art. 371. O juiz **apreciará a prova** constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.

CPC-2015:

Art. 479. *O juiz apreciará a prova pericial de acordo com o disposto no art. 371, indicando na sentença os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.*